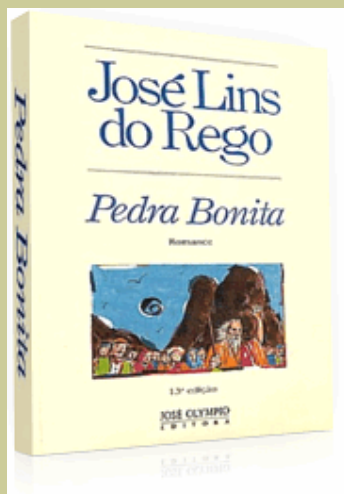


PEDRA BONITA E A DENÚNCIA DO ATRASO NORDESTINO EM TEMPOS DE MODERNIDADE

Geice Peres Nunes



Neste ensaio nos propomos a investigar a conformação da Modernidade no romance *Pedra Bonita*, de José Lins do Rêgo. A ficção publicada em 1938 está fixada na segunda fase do Modernismo brasileiro, período convencionado Romance de 30 ou Regionalismo. A narrativa na qual empreendemos a análise trata principalmente de questões ligadas ao messianismo e ao cangaço no sertão pernambucano. O enredo gira em torno de Antônio Bento, um jovem de dezessete anos, nascido na Pedra Bonita, que foi levado ainda criança para o povoado do Açu. Por decisão da mãe, o menino foi doado ao padre Amâncio no ano de 1904, na tentativa de livrá-lo da seca que assolou a região. Porém, aliado a tal justificativa, paira ainda o desejo de afastar o filho da mácula que atingiu a família quando um antepassado delatou para a força policial do povoado do Açu um líder messiânico instalado na Pedra Bonita. Com o ataque da polícia e a morte do fanático que se intitulava o “filho de Deus”, bem como de seus seguidores, criou-se uma espécie de praga: o Açu não prosperaria e a Pedra Bonita estaria fadada à seca. Por esse ato, o membro da família Vieira passou a ser considerado um “judas”, um traidor, e os qualificativos a ele atribuídos permaneceram como uma designação de todo e qualquer membro da família: uma “raça de cobras”. A ideia de maldição perdurou na mentalidade do povo do Açu como uma crença coletiva e como a justificativa para a vida medíocre do povoado. Assim, é com base na percepção de um pensamento acrítico, que vislumbramos a postura que parece ser a chave para a explicação do descompasso em relação à modernidade.

O romance está dividido em duas partes: A vila do Açu e Pedra Bonita. Esses são os espaços que ambientam os eventos e, sem dúvida, configuram-se como a coluna vertebral da narrativa, pois neles se enraízam os conflitos narrados, neles se presentifica o panorama econômico-político-social e religioso que a obra apresenta.

Acerca da temporalidade, destacamos que as ações não são datadas com precisão, porém temos indícios de que inicie em dezembro de 1917 e tenha duração até junho de 1918, portanto, um período de seis meses, um tempo que é expresso cronologicamente, porém um tempo caracterizado pela estagnação, no qual persiste uma espécie de paralisia que atinge o povoado e seus habitantes.

Antes de partirmos para a análise da obra, primeiramente, esboçaremos algumas considerações acerca do conceito de modernidade pautadas no surgimento dessa tendência, até o momento de produção do romance em estudo. Assim, teremos subsídios para identificar as questões inerentes à modernidade esteticamente tratadas no romance. A partir disso, orientados pela coordenada espacial, como um importante elemento para identificar o atraso apresentado na narrativa, investigaremos como a vila do Açú e a Pedra Bonita - espaços que são tratados pelo narrador como personagens da narrativa que empreende - são responsáveis pelo retrocesso que as caracteriza. Para tanto, investigaremos como o narrador da ficção apresenta a referida coordenada, bem como, a perspectiva adotada para tecer suas conclusões, emitir juízos e pôr em evidência a visão do mundo das personagens. Assim teremos elementos adequados para justificar a consciência retrógrada que impede o desenvolvimento dos espaços que ambientam o romance. Procedendo a análise dessa forma, poderemos, após o exame dos elementos estruturais, partir para o extraliterário, a fim de entender o pano de fundo político-social contra o qual o romance tece suas críticas.

A modernidade e suas constantes

A Modernidade é definida como um período consolidado pela Revolução Industrial, originada em uma sociedade burguesa, em um tempo em que o progresso converte-se em palavra de ordem e no qual a novidade é um imperativo.

Em Abbagnano (2007, p. 791), considerada sob a ótica da filosofia, a Modernidade é associada a termos-chave como: razão, ciência, técnica, progresso, emancipação, sujeito, historicismo, metafísica, niilismo, secularização. Termos que são julgados positiva ou negativamente, de acordo com a perspectiva de quem os considera.

No interesse de estender essa noção para a literatura, Octavio Paz (1993, p. 34), ressalta os mesmos conceitos como norteadores da Modernidade e enfatiza a crítica contínua como o seu traço peculiar. Nesse sentido, a crítica, motivada pelo exercício da razão humana, constitui a força motriz da sociedade moderna, sendo exercida por sujeitos dotados de consciência do seu estar no mundo.

Com o propósito de justificar a mudança contínua instaurada pelo moderno, Paz destaca que "no campo da literatura e das artes, a estética da modernidade, desde o Romantismo, até nossos dias, tem sido a da mudança. A tradição moderna é a ruptura, uma tradição que nega a si própria e assim se perpetua" (1993, p. 53). Desse modo, Paz expõe o paradoxo desse período histórico, visto que o moderno se estabelece no terreno instável do transitório, devido à capacidade crítica e ao embate constante em busca do novo, como próprio da sua natureza (PAZ, 1993, p. 330).

Parafraseando Luiz Bicca (1997), entendemos, no entanto, que a capacidade de transformação tão própria da modernidade só é partilhada por sujeitos conscientes, dotados de razão e capazes de agir, de criticar e de promover a

mudança. Essa postura foi atribuída à subjetividade do indivíduo “consciente de si”, no pensamento cartesiano. Sofreu mudanças – evidências da crítica contínua e constante – sendo retomada e ampliada por filósofos como Kant, que considerou o mundo empírico o único acessível ao sujeito; Hegel – que lhe atribuiu uma historicidade – e, posteriormente, por Heidegger, que considerou a subjetividade como fruto da interação com uma alteridade.

István Mészáros, por sua vez, observa a modernidade por outro ângulo, identificando os conflitos dessa visão: uma consciência crescente, que em vez de colocar o sujeito em evidência, leva-o a se retraindo, a inclinar-se para uma espécie de isolamento voluntário. Nesse sentido, tais posturas passam a ser representadas na arte moderna, tornando-se frequentes nas obras literárias conforme o filósofo evidencia no fragmento:

[...] a secularização da literatura moderna traz consigo uma consciência crescente da realidade e da responsabilidade que surge a partir da perda das justificativas anteriores, ligadas, contudo, ao sentimento paralisante da incapacidade de enfrentar a dificuldade detectada. Dessa forma a consciência recua para dentro de si mesma e clama pela fuga, depois de provar para si mesma que não pode haver fuga (MÉSZÁROS, 1993).

Como uma espécie de paralisia que impede o sujeito de agir contra as forças externas a si, surgem os comportamentos como a solidão, a alienação e o isolamento. Por isso, detectar esses traços psicológicos levou o filósofo Mészáros (1993) a proferir que grande parcela dos escritores europeus situados na Modernidade demonstram ter consciência das formas de alienação existentes nos sujeitos modernos.

Nesse contexto, o romance consolida-se como um dos gêneros literários que permite aos autores dar materialidade às maiores angústias do sujeito moderno, fazer da obra uma *imago mundi*, a realidade esteticamente tratada. Nesse gênero, conforme Georg Lukács bem ilustra, os conflitos modernos não são apaziguados, mas expostos na representação onde

Mundo contingente e indivíduo problemático são realidades mutuamente condicionantes. Quando o indivíduo não é problemático, seus objetivos lhe são dados com evidência imediata, e o mundo, cuja construção os mesmos objetivos realizados levaram a cabo, pode lhe reservar somente obstáculos e dificuldades para a realização deles, mas nunca um perigo intrinsecamente sério (LUKÁCS, 2009, p. 79).

As palavras de Lukács confirmam a literatura moderna como o palco do sujeito conflituoso e tomando. Assim, tomando de empréstimo a sua frase, conscientizamo-nos de que “o romance é a epopéia do mundo abandonado por deus” (2009, p. 89). Nesse sentido, na esteira de Lukács, visualizamos no objeto em estudo um mundo esquecido por Deus, mundo cujos dramas e alegrias já foi cantado em versos do cordel e que, no entanto, chega-nos na forma de romance situado cronologicamente num período de conturbação política e social, de violência e fanatismo religioso, em que as poucas reflexões acerca das circunstâncias levam o sujeito a constatar esse abandono divino.

Devido aos traços supracitados, no presente ensaio analisamos uma obra elaborada na segunda fase do Modernismo brasileiro, o chamado Regionalismo ou Romance de 30, período em que os autores se debruçaram sobre as questões sociais nas regiões periféricas do país, obtendo no Nordeste um terreno bastante fértil.

Para compreendermos esse momento no cenário brasileiro, lançamos mão dos postulados de Antonio Candido e Alfredo Bosi a fim de detectar as questões modernas na literatura aqui produzida.

Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade*, apresenta uma síntese do Regionalismo como período estético, o mais importante, segundo o crítico:

Na maré montante da Revolução de Outubro, que encerra a fermentação antioligárquica [...], a literatura e o pensamento se aparelham numa grande arrancada. A prosa liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vivem uma de suas quadras mais ricas. Romance fortemente marcado pelo neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país. [...] Nesse tipo de romance, o mais característico do período e freqüentemente de tendência radical, é marcante a preponderância do problema sobre o personagem. É a sua força e a sua fraqueza (CANDIDO, 1985, p.123).

Bosi (2006, p. 383) expõe um dado interessante que se conecta às afirmações acerca da Modernidade, quando enfatiza que o Regionalismo nasceu das “contradições” da República Velha que o movimento pretendia superar e que em parte superou. Para Bosi (2006, p. 383), o Modernismo amadureceu nessa fase e lançou a literatura brasileira em um estado adulto e moderno.

Cientes de tais questões podemos empreender a análise proposta evidenciando, no espaço sertanejo do Açu e da Pedra Bonita, o descompasso em relação aos imperativos modernos e a razão desse desajuste.

As formas do descompasso

Pedra Bonita toma forma com os relatos do narrador onisciente, que não faz parte da história, mas domina com habilidade a totalidade do evento que expõe. Ele narra os fatos passados na vila do Açu, centrado, principalmente, na trajetória de Bentinho. É por meio dessa voz que penetramos nas diversas camadas da obra, a mais superficial, a conformação dos espaços, e a mais profunda, o pensamento retrógrado arraigado no senso comum difundido no Açu e na Pedra Bonita. Há o predomínio do discurso indireto e em raras vezes as personagens se expressam na forma de diálogos, pelo contrário, as sensações, as certezas, as dúvidas, os conflitos e as inseguranças são explicitados pelas palavras daquele que narra. Ao trazer descrições de efeito plástico, o narrador realça o efeito de contemplação numa atitude irônica de fazer o leitor visualizar um espaço decadente, praticamente em ruínas, como forma de denunciar o abandono que o povoado sofre.

A linguagem empregada no discurso apresenta uma padronização às normas gramaticais. Assim, deduzimos que o narrador se distancia do linguajar local, portanto rompe com a expectativa de uma possível pertença ao povoado ou uma proximidade com as personagens. O que prevalece é o olhar crítico do narrador, de alguém que observa as ações com uma visão documental dos eventos ao mesmo tempo em que busca explicações para eles. Essa impressão pode ser corroborada pelo ponto de vista de Antônio Cândido ao apontar que as obras regionalistas poderiam se consideradas um “instrumento de pesquisa humana e social” (CANDIDO, 1985, p. 124). Sendo assim, a técnica narrativa empreendida no romance confere a seriedade da matéria narrada, sugerindo nela o atributo de um documento oficial.

Percebemos na voz do narrador a existência de uma crítica ao abandono que o espaço vivencia. Assim, para entender o descompasso que a narrativa apresenta em relação à modernidade é importante observá-la como um traço materializado no atraso econômico. Esse atraso se justifica a partir da comparação com o que consideramos progresso na totalidade da narrativa, ou seja, aquilo que avança em direção ao desenvolvimento. Nesse sentido, o espaço do Açú está em atraso devido a sua carência de estruturas sociais como uma ferrovia, um hospital, um quartel, entre outros recursos.

Observamos o atraso de duas formas principais: um declínio material e uma carência intelectual, que impede grande parte do povo de compreender o real motivo da estagnação econômica. No embate entre as justificativas de atraso expressas pelo povo e os juízos presentes na voz do narrador depreendemos o motivo da falência do povoado: a carência de racionalidade e de uma práxis.

O atraso material

Na vida estagnada que predomina no Açú, visualizarmos a modernidade em negativo. O espaço avesso ao progresso consolida-se como uma sociedade arcaica, com um comércio precariamente desenvolvido, aonde o “novo” não chega a fim de marcar a ruptura entre as antigas práticas e instalar um modo de vida assentado no capitalismo.

Ao nos debruçarmos inicialmente na vila do Açú, a primeira descrição que temos é uma espécie de panorâmica do espaço, visualizada pela personagem Antônio Bento, sobre quem recai o foco do narrador:

Antonio Bento estava tocando a primeira chamada para a missa das seis horas. Do alto da torre ele via a vila dormindo, a névoa do mês de dezembro cobrindo a tamarineira do meio da rua. Tudo calado. As primeiras badaladas do sino quebravam o silêncio violentamente. O som ia longe, atravessava o povoado para se perder pelos campos distantes, ia a mais de légua, levado por aquele vento brando. Dia de N. Sa. da Conceição, oito de dezembro (REGO, 1973, p. 19).

A descrição chama atenção para o sensorial: uma atmosfera amena e silenciosa; a visão do espaço deserto; a névoa visualizada e sentida pela pele e o estímulo sonoro do badalar do sino. Esses elementos transmitem a sensação de coisas que iniciam concretas e que se dissolvem no ar, assim como o sono que é rompido, como a névoa que se dissipa, como o som que se extingue ao percorrer os campos. A partir da primeira chamada do sino e das subseqüentes no decorrer da obra, percebemos que o silêncio do Açú é rompido apenas pelo badalar, marcando as horas, a passagem do tempo, enquanto o ruído do progresso permanece inexistente naquele lugar.

O espaço aparentemente aprazível vai sendo desvelado no romance e, sob a luz solar, perde o encanto inicial. À medida que o povoado e a sua gente são apresentados, sofrem uma desconstrução pelo olhar do narrador:

Ali na vila do Açú a vida era miúda como a gente. Nunca crescera, nunca tivera fausto, ninguém suspirava naquele canto do mundo pelos dias passados. Não era uma cidade morta que tivesse crescido. Criado nome, cheia de glórias de outros tempos. Fora sempre aquilo que era, nunca dera mais do que dava (REGO, 1973, p. 21).

No jogo lingüístico feito pelo narrador, a frase de aparente poeticidade, composta pela mescla de pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito, revela com sarcasmo o atraso do Açu. Além disso, fixa o lugarejo em um tempo no qual há um passado carente de lembranças reconfortantes, um presente medíocre e não há perspectiva de futuro.

Em vários momentos o leitor se intera de que o Açu é um lugar atípico se comparado às sociedades que se direcionam à modernização. O que perdura é a falta de condição econômica do povo, a apatia, o estado de alienação, que salta aos olhos quando o narrador expõe que “não era uma freguesia de muito trabalho, embora a sua freguesia fosse das mais desgraçadas de todo o sertão” (REGO, 1973, p.21). Para o povo do Açu, o trabalho inexistia como base da organização social do homem ou como um meio de estabelecer relações com a sociedade, propriedades ressaltadas por Kosik em *Dialéctica de lo concreto* (1979).

A idéia de atraso que depreendemos na narrativa é tecida pela comparação entre a vila do Açu e alguns povoados supostamente desenvolvidos. A visão da cidade em ruínas se confirma na voz do narrador:

Havia lugares com dez anos de vida que passavam a vila e estavam mais importantes do que o Açu. Não era que uma estrada de ferro fizesse milagre da transformação, inflamasse o povo do povoado. Não. Tudo que havia no Açu havia por lá, o mesmo rio, as mesmas terras os mesmos homens. E ia para diante, o comércio crescia, as construções aumentavam. E no Açu era aquilo que se via. A rua grande com o sobrado do coronel Clarimundo, a tamarineira frondosa, onde por debaixo faziam a feira, e a desolação de casas caindo. Há anos que um pedreiro não fazia obra nova por ali. Só a igreja de longe em longe merecia uma mão de cal. O padre Amâncio cuidava dela como da última riqueza da terra. Era uma igreja das maiores do sertão, com duas torres, construída não se sabia com que recursos, com paredes largas de fortaleza e altares em pedra talhada. Diziam que era mais bonita que a catedral de Camaru. Todo o Açu vivia da importância de sua matriz. Mas não se sabia porque o povo de outros lugares não dava importância, não se arrastava de longe para vir até ali pagar uma promessa, ouvir uma missa. A capela do povoado de Sobrado atraía gente de 30 léguas. Vinham devotos com dois dias de viagem trazendo as suas velas, os seus ex-votos para os santos de lá. Ninguém queria saber dos santos do Açu. E no entanto, havia imagens de tamanho natural. Os 12 apóstolos, uma N. Sa. das Dores como poucas existiam no Estado (REGO, 1973, p. 22).

O fragmento adquire mais relevo quando percebemos o desejo do Açu: o progresso. Personificado pelo tratamento que o narrador lhe concede, o Açu clama o progresso indiretamente, materializado na forma de uma estrada de ferro. Na visão do povoado, a instalação de um meio de transporte entre o local e os demais vilarejos poderia transformar o espaço, ampliar os horizontes. Ao invés disso, o que se vê é algo plano, sem relevos, a rua, a árvore, que faz as vezes de praça e concentra os homens sob a sua sombra e a igreja, cujas torres proporcionam a melhor visão do povoado, porém prestes a ser despojada do que possui de mais sagrado: os seus santos. Na visão do narrador, evidencia-se a descrença em relação ao desenvolvimento do lugar, não é a ferrovia que desenvolve o espaço por si só, mas a disposição para o trabalho, o movimento contínuo das pessoas, das construções de locais para o lazer e para a prática comercial, ou seja, um dinamismo que não é visualizado no Açu.

Paralela à explicação de viés econômico, há ainda uma explicação social para o abandono do povoado, uma espécie de rejeição de qualquer sujeito àquele espaço, que se concretiza na ausência de romarias, no abandono da igreja, na falta de velas e ex-votos para os santos em sinal de agradecimento. Esse aparente descaso

corrobora a visão negativizada da terra e ressalta o seu ostracismo. Essa postura ilustra os traços de alienação propostos por Mészáros (1993), no romance expressa pela desintegração de um espaço e falta de perspectiva de mudança.

É com base na certeza de abandono, na ausência de infra-estruturas, na fala parca da gente, que a voz do narrador se sobressai. Desse modo, dá ênfase ao silêncio predominante no povoado, apresentado desde o início da narrativa. O silêncio - escasso em sociedades desenvolvidas, nas grandes cidades, no transitar de pessoas e veículos - preenche o Açu e, por isso, é tão reiterado: "O Açu estava quieto e silencioso, como uma cobra encolhida no seu canto. Podia guardar muito veneno, podia pular para morder, mas estava quieto naquela tarde de dezembro" (REGO, 1973, p. 33). No avançar lento da narrativa, o silêncio predomina, um sossego que grita a ausência de progresso. A falta de ruídos provoca desconfiança pela sua tranqüilidade nociva, a quietude de cobra, comprovando o estigma do Açu como "uma terra infeliz" (REGO, 1973, p. 39), decadente e atrasada.

O atraso intelectual

Na narrativa, identificamos um atraso de ordem intelectual nos indivíduos que povoam os espaços analisados. Esse atraso configura-se no misticismo incondicional enraizado na sociedade; na prática do cangaço e na brutalidade em detrimento da racionalidade; fatores que trataremos com mais vagar.

O misticismo é representado como a grande causa do atraso nos espaços analisados, pois funda nesses lugares apáticos a espera passiva pelo progresso ou espera constante por uma forma de redenção. A profecia que alimenta o messianismo na Pedra Bonita é a maneira de tornar o desejo de cada sertanejo humilde mais próximo de se concretizar, pois as pessoas almejam "fazer os homens iguais, fazer de todo o sertão um paraíso" (Rêgo, 1973, p. 195) e, então, de forma simplória, expõem o desejo de igualdade como a base ideológica do messianismo.

Ao dar a voz a um homem simples que conta ao padre Amâncio a chegada do beato na Pedra Bonita, o narrador permite que o homem explicita aquilo que há de intrínseco na postura do sertanejo, a fé inabalável, expondo inclusive a ausência de consciência crítica que a fé provoca:

- Pois, seu vigário, apareceu este sujeito dizendo que faz milagres. Ele diz que pobre fica rico, que a pobreza vai desaparecer, que o mundo só fica com gente de posses iguais. Tem muita gente descendo para ouvir o homem falar. Ele veio do São Francisco. Disse que apareceu uma voz mandando ele pra Pedra. E tem curado gente que o senhor não calcula. Lá das minhas bandas tem saído um povão. Sertanejo, quando escuta falar de coisa assim, perde o prumo (REGO, 1973, p.212).

Lançando mão das colocações de Anatol Rosenfeld (1969, p. 77-78), vemos que o pensamento da modernidade está voltado para a explicação do mundo a partir de uma consciência individual, dotada de senso crítico, capaz de relativizar as verdades absolutas. O que percebemos no romance em questão é a explicação metafísica do mundo, baseada no absoluto e na fé incondicional. Para os habitantes dos espaços considerados, Deus ainda está no centro do universo, determinando o destino da humanidade. Assim, percebemos o real motivo da estagnação, a ausência do uso da razão, que impede os homens de agir de promover o progresso e justificam o fracasso com as crenças difundidas pelo senso comum: "Todos eram de acordo em responsabilizar a Pedra Bonita por uma desgraça qualquer. Todos

estavam convencidos de uma influência nociva, infernal, agindo sobre o Açu" (REGO, 1973, p. 44-45).

Em *Pedra Bonita*, a sociedade ali expressa não é capaz de "projetar a partir de si" o mundo e as ações, assim como Rosenfeld (1969, p.78) propõe para os sujeitos modernos. Por tal motivo o atraso impera, pois também impera o pensamento retrógrado que impede o desenvolvimento de uma práxis, a ação consciente do sujeito em busca de transformação.

Existe a "certeza" de um castigo e a inércia de lutar contra uma determinação divina, levando o povoado a aceitar passivamente a desgraça do lugarejo, pois predomina o consenso de que seria mais fácil "deixar o Açu no seu canto infeliz e pobre como um miserável com as suas chagas ao sol" (REGO, 1973, p. 21). A afirmação confirma o estigma da vila, difunde a idéia de que aquele espaço dificilmente mudará.

Desenvolvendo-se na mesma proporção do messianismo, que emperra as engrenagens do progresso de se movimentarem, existe outra força muito poderosa a impedir o avanço da sociedade: o cangaço. A prática que, inicialmente, parece ter origem longe do Açu, aos poucos vai se cimentando na Pedra Bonita. Junto da família mais estigmatizada que ali habita, os Vieiras.

Em uma das poucas vezes que o narrador dá voz às personagens, vemos nas palavras de Aparício Vieira, a descrição da vida errante dos cangaceiros, ao mesmo tempo em que percebemos a diferença entre o linguajar do narrador e a de Aparício:

A vida no grupo é ruim – continuava Aparício. – A gente come fogo. Tu não sabe o que é passar 15 dias por aqui, comendo carne seca com farinha. Se não fosse os imbus, eu não sei como se vivia. Tive a vontade de ir me entregar em Dores. Mas pensei. Eles me matavam. Pra morrer, eu morro no cangaço. A vida é danada, Aparício, mas a gente agüenta. Outro dia nós demo um fogo pra lá da Vila Bela. Morreu dois dos nossos. A tropa era grande. Tivemo que correr cinco dias e cinco noites sem parar. Correndo e bebendo sem parar. Comendo e bebendo sem parar um minuto. Nesta carreira viemo parar aqui. Nós vimo há uns oito dias quando a tropa passou para o Araticum. O chefe não quis atacar. Nós estava no descanso. Nós tivemo a notícia por um coiteiro que mandou dizer. Mas não tem nada não. O sargento de Dores vem por estes dias na fazenda do coronel Zé Gomes. O chefe já teve notícia dessa diligência. O coronel é amigo do chefe. Vai ser uma carniça dos diabos. [...] tu vai saber da desgraça (REGO, 1973, p.156).

A prática do cangaço leva à instalação de tropas policiais no Açu como uma tentativa de conter o barbarismo dos cangaceiros. O alojamento da força policial no povoado provoca a sensação de progresso, pois essas tropas movimentam-se constantemente. A presença dos homens altera o comportamento do povo, sobretudo das prostitutas e de Dona Fausta, a solteirona do povoado, ao mesmo tempo em que o poder muda de mãos. Esse movimento exposto pelo narrador parece corroborar o senso comum de que "o Açu tinha mesmo se modificado". Do espaço anteriormente adormecido, as tropas partem para todo o sertão. Esse poder aparente alimenta a ilusão de progresso, exposta nas palavras do narrador, que conclui seu pensamento, carregado de sarcasmo: "Diziam até que o governo cogitara de mandar um batalhão para ali. E que iriam construir um quartel. Havia esperança, sonhos de grandeza no burgo apodrecido" (REGO, 1973, p.178).

No entanto, a permanência das tropas não perdura, pois são deslocadas para outro lugar. Ainda assim, o desejado progresso reclamado pelo Açu parece prestes a chegar na forma de uma estrada de ferro. Na visão do povo, essa construção permitiria o desenvolvimento econômico do povoado, a ponto de torná-lo uma

"grande cidade". O narrador verbaliza com um tom irônico, composto por um léxico que toma de empréstimo o argumento explicativo do povo simples: a idéia de milagre, mas, ao mesmo tempo, traz a visão desacreditada do narrador em relação ao povoado:

Um dia se deu o grande milagre. A vida no Açu ressucitou. O cadáver começou a estremecer, a virar os olhos, a demonstrar que vivia. Chegara lá uma comissão de engenheiros, estudando a estrada de ferro de penetração. A notícia se espalhou. Afinal de contas o Açu seria uma grande cidade. (REGO, 1973, p. 196)

No fragmento, mesclando tempos verbais, pretérito perfeito, pretérito imperfeito e o futuro do pretérito, o narrador demonstra a sua visão em relação ao fato. Essa forma de expressão, semanticamente, evidencia a distância entre o concreto e aquilo que é cobiçado. O acontecimento é visto como um "milagre", escolha lexical que demarca a argumentação mística como explicação da vida prática. Por isso podemos dizer que essa verbalização é carregada de ironia, pois traz a visão desacreditada em relação ao desenvolvimento do povoado.

A possibilidade de viabilização do progresso próximo provoca alguns questionamentos. Novamente o tempo verbal no futuro do pretérito do condicional, indica que pode ou não vir a acontecer, que é dependente de outras circunstâncias. Apreendemos nas palavras da personagem Domício, irmão de Bentinho, uma inquietação: "Seria que o trem tivesse força de tirar a desgraça da terra? Seria que a Pedra se acabasse, que Deus se esquecesse dos castigos, das vinganças?" (REGO, 1973, p. 202). Novamente, a possibilidade de progresso está atrelada ao desenvolvimento de uma consciência crítica e de uma práxis.

De tal forma, percebemos um diálogo discordante entre o retrocesso do povoado e os padrões de desenvolvimento impostos pelas sociedades industrializadas. A mecanização seria o modelo a ser atingido pelo Açu, porém, inviável em uma sociedade orientada pela religião em vez do trabalho. Por esse motivo, o traço de modernidade presente na obra está determinado pela crítica implícita a uma política econômica que, ao isolar a região, perpetua o descompasso tornando-o insuperável.

Na tentativa de tecermos algumas considerações a respeito do tema tratado, a sociedade atrasada do sertão pernambucano em tempos de modernidade, retomamos alguns aspectos levantados ao longo do ensaio.

Em nossa análise, pautamos a modernidade em cima de palavras-chave para o entendimento do que representou - e representa – esse momento histórico. Assim, a descoberta do sujeito como agente de mudança, como dotado de uma "consciência de si", de subjetividade, permitiria o progresso desse sujeito, visto que tal consciência o faria avançar em busca de novas descobertas, bem como do aprimoramento de técnicas capazes de dar continuidade ao processo evolutivo do homem e da sociedade.

Observando o estado de atraso no povoado do Açu e da Pedra Bonita, percebemos que os habitantes desses espaços carecem de senso crítico, não fazem uso da racionalidade, justamente em um momento em que ela é imperiosa. Assim, a razão sucumbe devido à permanência de uma visão do mundo e de uma prática pautada na explicação absoluta da existência. Para os habitantes do lugarejo, os

homens parecem comportar-se como marionetes movimentadas por uma força divina, a conhecida metáfora barroca. Essa postura, aliada à crença no messianismo e nas maldições difundidas no sertão, impede que o indivíduo se emancipe, pois ele está sempre sujeito a um destino já traçado e suas forças são mínimas ou inexistentes diante de uma determinação divina. Nessa constatação se sobressai uma questão contraditória: o Açu tem tanta familiaridade com beatos, com santos, com o divino e, ironicamente, é abandonada por ele.

Observando o Regionalismo como movimento, percebemos em *Pedra Bonita*, uma *imago mundi* do nordeste brasileiro, portanto, metonimicamente, o atraso ali presente se assenta no abandono político-econômico vivenciado pela região. Assim, a seriedade das reflexões propostas pela obra dialogam com as idéias de Cândido (1985, p. 124- 125) anteriormente apresentadas. Por isso essa obra se permite definir como um avanço em relação à “alegria turbulenta e iconoclasta dos modernistas”, que prepararam, no Brasil, “os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 30”. Ela expõe um contexto de barbárie que se expande simultaneamente ao progresso nos grandes centros e um descaso governamental que a deixa “sossegada no seu canto, com suas chagas expostas ao sol”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BICCA, Luiz. Racionalidade Moderna e Subjetividade. In: _____. *Racionalidade Moderna e Subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 145-179.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.
- MÉSZÁROS, Istvan. A alienação na literatura européia. In: _____. *Filosofia, Ideologia e Ciências Sociais. Ensaio de Negação e Afirmação*. Tradução Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.
- PAZ, Octávio. Ruptura e Convergência. In: _____. *A outra voz*. São Paulo: Siciliano, 1993, p. 33-57.
- REGO, José Lins. *Pedra Bonita*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance moderno. In: _____. *Texto e Contexto I*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 75-97.